



Blumer fora o grande teórico considerado por alguns como pioneiro na análise dos movimentos sociais. Ele dividiu os movimentos em três categorias: genéricos, específicos e expressivos. Os primeiros incluíam movimentos operários, dos jovens, das mulheres e pela paz. Os movimentos sociais seriam o resultado de mudanças que operariam num âmbito individual e no plano psicológico, sendo que essas mudanças gerariam motivações para o surgimento de mais movimentos sociais genéricos. Haveria um choque de concepções dos indivíduos, o que geraria insatisfação e em contrapartida interesse pela busca do novo. Os movimentos genéricos possuíam quando dos seus surgimentos objetivos vagos e seriam desorganizados. Em contraponto aos movimentos genéricos, os específicos se caracterizavam por possuir metas e objetivos bem definidos, organização e estrutura. Os movimentos reformistas e revolucionários possuem uma trajetória evolutiva, que passam por vários estágios: inquietação individual, inquietação popular, formalização e institucionalização. (GOHN, 1997)

Os movimentos sociais eram vistos por Herbele como sintomas do descontentamento dos indivíduos com a ordem social vigente e os principais objetivos seriam a alteração dessa ordem. Os movimentos sociais eram tidos como respostas a impulsos interiores dos indivíduos, inerentes a sua natureza humana, que ao sentirem-se ameaçados, oprimidos, e estas tensões tornavam-se insuportáveis, os próprios indivíduos se uniam em busca de um objetivo comum, criando novas instituições e isto ganhava o nome de mudança social. (GOHN, 1997)

Já na visão de Gorczewski, o conceito de movimento social surgiria a partir da análise das características e da identidade do grupo:

Pode-se definir um movimento social como uma rede interativa de indivíduos, grupos e organizações que, dirigindo suas demandas à sociedade civil e às autoridades, intervêm com relativa continuidade no processo de mudanças sociais, mediante o uso prevalente de formas não convencionais de participação; ou, dito de outra maneira: trata-se de um conjunto de redes de interação informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e organizações comprometidas com conflitos de natureza política ou cultural, sobre a base de uma específica identidade coletiva. (GORCZEWSKI, 2011, p. 132)



As mulheres como seres frágeis sempre foram vistas como incapazes de deliberar e, portanto deveriam ser submissas ao homem, assim houve uma naturalização dessa relação patriarcal de dominação do sexo masculino sobre o feminino, o que acabou excluindo as mulheres do espaço público e tolhendo qualquer oportunidade de exercício de poder. Esse tipo de dominação é percebido de forma mais latente nas comunidades rurais, onde a cultura tende a ser mais conservadora, assim como as opções para a emancipação da mulher são mais limitadas.

Principalmente no meio rural a cultura patriarcal predomina, onde o trabalho atribuído à mulher limita-se à reprodução. O trabalho desempenhado pelas mulheres é tido como no máximo ajuda ou complemento ao trabalho do marido, portanto trata-se de um trabalho invisibilizado e desvalorizado. Esse cenário contribuiu para o não reconhecimento da mulher rural como trabalhadora, e esta falta de reconhecimento social, também a excluiu dos direitos previdenciários.

Marcadamente no meio rural, a divisão sexual do trabalho atribuiu à mulher o trabalho reprodutivo, este identificado ao espaço privado. Por não ser expresso em valores monetários, o trabalho reprodutivo é considerado improdutivo e, conseqüentemente, o tempo e a energia que as mulheres do meio rural empregam para sua realização se tornam invisíveis, esquecidos e desvalorizados pela sociedade. Embora as mulheres participem ativamente do trabalho na agricultura propriamente dito, ele é um trabalho atribuído aos homens e, por ser expresso em valores monetários, é considerado produtivo. (AGUIAR, 2016, p. 267)

Os anos 2000 foram marcados por um enfraquecimento dos movimentos sociais, porém contrariando tal realidade de perda de articulação dos movimentos sociais, os movimentos de mulheres rurais voltaram à cena neste mesmo ano, ocupando as ruas (e os espaços públicos em geral). Entraram em pauta novas demandas, onde as produtoras reivindicavam do Estado políticas que realmente respondessem as suas demandas específicas.

Um dos movimentos bastante significativo das mulheres rurais é a conhecida Marcha das Margaridas, que se expressa através de uma manifestação pública, em forma de uma marcha, caminhada, buscando dar visibilidade às suas demandas junto ao Estado. Esse movimento é considerado um movimento de mulheres do campo e da floresta. Faz parte da agenda



enfraquecimento do Estado Democrático de Direito e, por conseguinte, a própria categoria de cidadão.

Como já explanado anteriormente, os movimentos sociais são responsáveis por diversas mudanças, e também é uma das formas do povo ser ouvido, bem como suas necessidades. Conforme Foucault (1999) defende na sua obra *Microfísica do Poder*, o poder não está concentrado em apenas um lugar ou nas mãos de um único ente, mas está em todos os lugares, nas mãos de todos os indivíduos, ou seja, também está presente nas mãos do povo e este deve ter consciência disto, uma vez que a mudança de alguma situação posta ou o auferimento de algum direito podem nascer de mobilizações sociais.

Desta feita, amplia-se a importância dos movimentos sociais na sociedade civil, uma vez que os descontentamentos e as proposições por eles revelados estabelecem a direção para a atuação estatal. Assim, para comprovar as mudanças sociais inspiradas ou mesmo forçadas por movimentos sociais, apresentar-se-ão experiências empíricas da força dessa espécie de participação popular.

Conclusão

A Marcha das Margaridas vem se consolidando como um movimento de mulheres que cada vez mais fortalece a democracia participativa no Brasil. Ela vem contribuindo para efetivação das mulheres nos espaços públicos, pois traz visibilidade as suas demandas, bem como rompe com o velho paradigma de que as mulheres não possuem capacidade de liderança. As mulheres vêm se tornando protagonistas da vida política e a participação delas nos movimentos sociais e sindicatos fomenta essa inclusão nos espaços públicos e acaba ressignificando o seu papel dentro da família e da comunidade à qual está inserida.

Os movimentos sociais possibilitaram a emancipação das mulheres e elas aderiram a um rito de passagem do âmbito privado para o mundo público. Essa atitude traz mudanças não só para a vida das mulheres, mas também contribui para mudanças no meio social a qual elas estão inseridas. Contudo, ainda há uma certa resistência por parte da cultura patriarcal presente na sociedade.

